



**RELATÓRIO
SOBRE O ESTADO
DA LIBERDADE
DE IMPRENSA EM
MOÇAMBIQUE 2025**
**Expectativas Ensombradas
por Velhos Problemas**



RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA LIBERDADE DE IMPRENSA EM MOÇAMBIQUE 2025

Expectativas Ensombradas por Velhos Problemas

FICHA TÉCNICA

MISA-Moçambique

Título: Relatório Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique 2025: Expectativas Ensombradas por Velhos Problemas.

© MISA– Maputo, Maio de 2026

Como citar o documento: “MISA (2026). Relatório Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique 2025. Expectativas Ensombradas por Velhos Problemas. Maputo: MISA-Moçambique”

Endereço: Avenida Agostinho Neto, n°788, 1°andar, Bairro da Sommerschield

Caixa Postal: 615. Maputo, Moçambique

Telefone: +258 21423839

Email: info@misa.org.mz ; misamozambique@gmail.com

<http://www.misa.org.mz>

Parceiros

Noruega, NED, IMS e União Europeia

As opiniões e conclusões vertidas no relatório não vinculam os parceiros do MISA

RESUMO

Este relatório apresenta o estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique durante o ano de 2025. No ano em referência, foram registadas 15 violações contra o exercício da actividade jornalística no país, representando uma redução de 17 casos comparativamente com 2024, ano em que ocorreram 32 violações. Apesar da redução numérica, a qualidade das violações continua alarmante, ainda mais quando o Estado ele próprio continua a ser um dos principais violadores da Liberdade de Imprensa: cerca da metade das violações foram cometidas por agentes e funcionários do Estado, com destaque para a Polícia e os militares. Este relatório também discute como a transição governamental de 2025 impactou o sector de comunicação social. Embora seja ainda prematuro extrair conclusões definitivas, uma abordagem inicial, mais amigável aos *media*, por parte do presidente Daniel Chapo foi, ao longo do ano, dando alguma expectativa no sector, contrariando a abordagem hostil nos períodos anteriores. Entretanto, o relatório demonstra que, num país onde os ataques contra a Liberdade de Imprensa estão enraizados na cultura política e institucional, o problema é muito mais complexo, requerendo mudanças ainda mais arrojadas.

INTRODUÇÃO

A Liberdade de Imprensa é um dos pilares centrais das democracias¹. Ela não só permite aos *media* fiscalizar a acção governativa e manter as sociedades informadas sobre os acontecimentos à sua volta, como também permite aos cidadãos escrutinar e participar da gestão da coisa pública. Com efeito, a vitalidade de uma democracia também se mede pelo estado da Liberdade de Imprensa vigente. Este relatório descreve e analisa o estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique em 2025, demonstrando o número das violações registadas ao longo do ano, sua tendência comparativamente aos anos anteriores, assim como as suas tipologias e principais protagonistas.

O ano em referência marcou o início de um novo ciclo político em Moçambique. Embora proclamado em meio a graves alegações de fraude eleitoral², um novo governo, liderado pelo presidente Daniel Chapo, assumiu o poder após 10 anos de liderança de Filipe Nyusi. Tradicionalmente, o ambiente político impacta directamente o exercício da Liberdade de Imprensa. Por isso, este relatório também procura captar as repercussões desta mudança política no sector dos *media*, onde, apesar de se sentir alguma esperança, o medo ainda permanece.

SUMMARY

This report presents the state of press freedom in Mozambique during 2025. Throughout the year, 15 violations against journalism were recorded, representing a reduction of 17 cases compared to the 32 violations documented in 2024. Despite the numerical decrease, the nature of the violations remains alarming, especially as the State itself continues to be one of the main violators of press freedom: about half of all incidents were committed by State agents and officials, with police and military personnel identified as the most frequent violators. This report further discusses how the 2025 government transition impacted the media sector. Although it is still too early to draw definitive conclusions, an initial, more media-friendly approach by President Daniel Chapo provided some hope in the sector, contrasting with the hostile approach of previous years. However, the report demonstrates that in a country where attacks against press freedom are rooted in political and institutional culture, the problem is much more complex, requiring systemic changes.

Este relatório busca oferecer uma compreensão mais sistemática da situação da Liberdade de Imprensa em Moçambique, continuando uma trajectória anual de documentação dos ataques contra os *media* e seus profissionais. Os relatórios anuais do MISA nesta componente tornaram-se fontes essenciais e de elevada autoridade não só sobre o estado da Liberdade de Imprensa, como também para alimentar trabalhos de advocacia, conforme publicamente reconhecido³. Este relatório está organizado em seis secções. Para além do resumo e da presente introdução, a secção seguinte oferece o contexto político e social dentro do qual as violações contra a Liberdade de Imprensa em 2025 devem ser lidas.

Segue-se a secção da metodologia, na qual são descritos os passos usados na elaboração do relatório. A quinta secção apresenta os resultados da pesquisa, que incluem as principais violações da Liberdade de Imprensa ocorridas ao longo do ano 2025, o impacto da mudança governativa e os receios ainda persistentes no sector. A última secção não só delinea os aspetos-chave do relatório, como também oferece algumas recomendações para melhorar o ambiente da Liberdade de Imprensa em Moçambique.

1 <https://www.corruptionwatch.org.za/there-is-no-true-freedom-without-press-freedom/#:~:text=It%20not%20only%20raises%20public,carry%20out%20these%20important%20functions.>

2 <https://www.nytimes.com/2024/10/24/world/africa/mozambique-election-results-fraud.html>

3 https://intelwatch.org.za/wp-content/uploads/2026/03/mozambique_v2.pdf

CONTEXTO

Embora seja uma democracia formal e realize eleições regulares, Moçambique é marcadamente um Estado autoritário⁴. Apesar de o autoritarismo ser um problema histórico que vem da génese da Frelimo e do Estado moçambicano⁵, a situação agravou-se na última década, durante a qual o país testemunhou um fechamento significativo do espaço cívico, com várias violações dos direitos humanos e limitações ao pluralismo político e às liberdades civis, com ataques físicos, assédio e até assassinatos⁶ de críticos do governo⁷. Confrontado com uma impopularidade crescente, particularmente entre os jovens, devido a vários escândalos como corrupção envolvendo altos funcionários⁸, fraudes eleitorais⁹ e a sua incapacidade de atender às aspirações do povo, o partido no poder, a Frelimo, tornou-se, nos últimos anos, cada vez mais repressivo. Por exemplo, durante os protestos que se seguiram às eleições gerais de 2024, mais de 400 pessoas foram mortas¹⁰, principalmente devido à brutalidade policial. Depois da crise política e social que caracterizou 2024, na sequência das contestadas eleições, o ano de 2025 registou um relativo retorno à normalidade.

O conflito em Cabo Delgado, que tem um forte impacto no exercício de direitos fundamentais como a Liberdade de Imprensa, conforme o MISA vem continuamente demonstrando ao longo dos anos, incluindo neste relatório, continuou crítico, com o grupo afiliado ao Estado Islâmico a expandir mais uma vez os seus ataques não só nesta província, mas também nas vizinhas províncias de Niassa¹¹ e Nampula¹². O autoritarismo do Estado, que se reflete no contínuo fechamento do espaço cívico, associado à insegurança no Norte de Moçambique, tem impacto directo no sector dos *media*, manifestando-se de diversas formas, com destaque para assassinatos¹³, detenções¹⁴ e desaparecimentos¹⁵ de jornalistas. Com efeito, exercer jornalismo independente do Governo, em Moçambique, tornou-se, nos últimos anos, uma actividade de crescente risco. Conforme os relatórios do

MISA têm demonstrado anualmente, as violações contra a Liberdade de Imprensa são um problema permanente, muitas vezes praticadas por agentes do Estado. Em 2024, por exemplo, um dos casos notórios foi o ataque deliberado de jornalistas pela Polícia, no dia 21 de Outubro, em Maputo, quando os profissionais de *media* entrevistavam o então candidato presidencial, Venâncio Mondlane, ferindo pelo menos dois membros da classe¹⁶.

Relatórios de outras organizações confirmam a situação de violações permanentes contra a Liberdade de Imprensa em Moçambique. Nos *rankings* anuais da Repórteres Sem Fronteiras (RSF)¹⁷, por exemplo, Moçambique tem registado oscilações que reflectem a instabilidade que o sector atravessa: dos 180 países avaliados, Moçambique caiu do lugar 102 em 2023 para a posição 105 em 2024. No ranking da RSF, quanto mais próximo da posição um (1) estiver um país estiver, significa possuir um melhor ambiente para a Liberdade de Imprensa e quanto mais próximo da posição 180 estiver, significa ser hostil a este direito fundamental. No ranking de 2025, Moçambique melhorou para a posição 101, o que mais se pode explicar pelo método comparativo entre os vários países do mundo, que necessariamente de uma melhoria em Moçambique, onde a situação esteve caótica para a Liberdade de Imprensa no contexto da crise pós-eleitoral.

Do ponto de vista legal, o trabalho dos *media* em 2025 ocorreu no habitual ambiente de abertura conferida pela Lei 18/91 de 10 de Agosto (Lei de Imprensa¹⁸ vigente antes do pacote legislativo aprovado em 2026). O exercício deste direito também está garantido na Constituição da República, particularmente através do Artigo 48, que garante total liberdade aos *media*¹⁹. Instrumentos internacionais de que Moçambique é signatário, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, garantem o direito de procurar, receber e partilhar informações e ideias através de qualquer meio. Portanto, as recorrentes violações registadas no país não resultam de um problema de fragilidade legal, mas da cultura autoritária vigente. Entretanto, o ano de 2025 foi marcado por um processo de auscultações e revisão da Lei 18/91 de 10 de Agosto para dar lugar a três novas leis: Lei de Comunicação Social, Lei de Radiodifusão e Lei do Conselho Superior de Comunicação Social. As novas leis foram aprovadas em Março de 2026, devendo a sua introdução ser explorada com maior detalhe no próximo relatório.

Para além da legislação, o cenário mediático em Moçambique continua a ser caracterizado por duas dinâmicas. Por um lado, os meios de comunicação do sector público que, embora legalmente protegidos como meios independentes,

4 <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2024/>

5 https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/03/livro_LB.pdf

6 <https://redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/wp-content/uploads/2022/10/Three-years-without-Anastacio-Matavele-three-years-of-impunity-for-those-responsible-for-the-crime.pdf>

7 <https://www.hrw.org/news/2018/04/13/mozambique-growing-fear-among-activists>

8 <https://pt.euronews.com/2021/08/24/mocambique-julga-os-19-arguidos-do-caso-das-dividas-ocultas>

9 <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2024/02/25-anos-de-fraude-eleitoral-protégida-pelo-secretismo.pdf>

10 <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-at-least-411-people-died-during-post-election-unrest/>

11 <https://science.uct.ac.za/fitzpatrick/articles/2025-05-07-tragic-attack-mairiri-environmental-centre-niassa-mozambique-may-2025>

12 <https://www.savethechildren.org/us/about-us/media-and-news/2025-press-releases/children-newly-displaced-mozambique-after-violent-attacks>

13 <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/12/mozambique-authorities-must-investigate-killing-of-newspaper-editor-joao-fernando-chamusse/>

14 <https://www.hrw.org/news/2019/04/23/jailed-mozambican-journalists-get-bail-after-3-months>

15 <https://www.hrw.org/news/2020/04/17/mozambique-journalist-feared-disappeared>

16 <https://misa.org.mz/relato-do-misa-sobre-o-ataque-da-policia-contra-jornalistas-na-manifestacao-de-21-de-outubro/>

17 <https://rsf.org/en/index>

18 <https://cscs.gov.mz/wp-content/uploads/2022/03/LEI-DE-IMPrensa-MOCAMBICANA.pdf>

19 https://www.masa.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/Constituicao_republica_mocambique.pdf

continuam sob forte controlo político por parte do partido no poder. Por outro lado, os meios de comunicação privados que se encontram numa escolha entre submeter-se ao controlo, renunciando ao seu papel de “cão de guarda”, ou exercer o seu poder crítico sob sufoco económico por parte do governo e de todo o sector empresarial que, no contexto de Moçambique, também é politicamente controlado²⁰.

Portanto, apesar do pluralismo mediático externo e da diversidade existentes no país, incluindo os meios de propriedade privada, o exercício da Liberdade de Imprensa continua a ser limitado, resultando em censura e autocensura tanto nos meios públicos quanto em alguns meios privados²¹. O mesmo se aplica ao acesso à informação: embora o país tenha promulgado uma lei de direito à informação há mais de 10 anos, esta continua a ser uma batalha diária para os jornalistas, que são confrontados com uma cultura política e institucional de ocultação de informação. Trabalhos desenvolvidos pelo MISA e seus parceiros mostram desafios persistentes no acesso à informação ao longo dos anos, como se pode constatar, a título de exemplo, nas avaliações de 2017²², 2020²³ e 2021²⁴ sobre a transparência e abertura do Governo.

Finalmente, o ano de 2025 marcou o início de um novo ciclo político em Moçambique. Pela sua natureza, as questões políticas afectam profundamente a Liberdade de Imprensa. Concretamente, a forma como o Governo ou a liderança do país se posiciona, no discurso, e actua, na prática, perante os *media*, tem a força de tanto criar um ambiente de protecção como de hostilização do sector.

METODOLOGIA

Este relatório utiliza uma abordagem qualitativa, com dados recolhidos através de dois métodos principais: i) pesquisa documental e ii) entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa documental foi utilizada para recolher dados de diversas fontes, com destaque para o sistema de monitorização da Liberdade de Imprensa do MISA Moçambique. Entretanto, esta técnica também permitiu a recolha de dados a partir de várias publicações, incluindo sites de organizações que trabalham na área de direitos humanos, assim como em publicações de *media*. A pesquisa documental foi particularmente útil para identificar os casos de violações registadas em 2025, suas topologias e principais protagonistas, conforme os objectivos da pesquisa.

20 https://intelwatch.org.za/wp-content/uploads/2026/03/mozambique_v2.pdf

21 Idem

22 https://misa.org.mz/wp-content/uploads/2025/05/Instituicoes-abertas-e-fechadas_Mozambique_Port-Report_2017.pdf

23 https://misa.org.mz/wp-content/uploads/2025/05/Instituicoes-abertas-e-fechadas_Mozambique-Transparency-Portuguese_2020.pdf

24 https://misa.org.mz/wp-content/uploads/2025/05/2021-Moz-Transparency_Final26May.pdf

Por sua vez, as entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com cinco informantes-chave no sector dos *media*, todos eles jornalistas séniores. Esta técnica atendeu a mais um objectivo importante da pesquisa, que era avaliar o impacto da transição governamental no sector. Com efeito, as entrevistas permitiram incorporar as vozes daqueles que exercem, no seu dia a dia, a actividade jornalística em Moçambique. O principal foco das entrevistas era extrair, dos entrevistados, não só a sua avaliação, mas também as experiências concretas de exercício de jornalismo durante o primeiro ano de governação do presidente Daniel Chapo, quando comparado com a era do presidente Filipe Nyusi.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta secção apresenta e discute as principais constatações sobre o estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique ao longo do ano de 2025. A secção subdivide-se em três partes. Enquanto a primeira apresenta o estado das violações contra a Liberdade de Imprensa, as duas últimas partes discutem o tema à luz da transição política de 2025.

VIOLAÇÕES CONTRA A LIBERDADE DE IMPRENSA

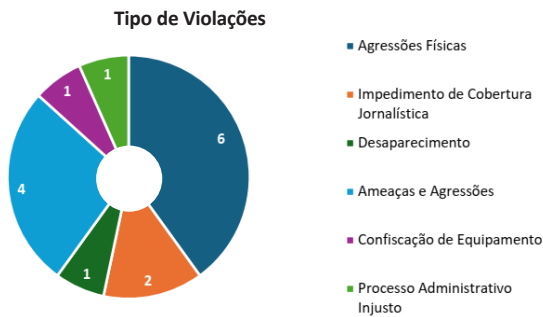
Um total de 15 violações à Liberdade de Imprensa foi registado em 2025, através do sistema de monitorização do MISA Moçambique. Este número representa uma redução de 17 casos em comparação com 2024, ano em que foram registadas 32 ocorrências²⁵, na sua maioria relacionadas à crise pós-eleitoral daquele ano. Em 2023, também ano eleitoral em Moçambique (autárquicas), o MISA registou um total de 28 violações²⁶ contra a Liberdade de Imprensa. A redução dos casos reflecte a relativa estabilidade política e social, depois de um ciclo eleitoral (2024-2024) tenso. Em Moçambique, as eleições são, tradicionalmente, períodos de alta tensão que, quase sempre, resvalam em ataques contra profissionais de comunicação social. No entanto, contrariamente ao que pode sugerir, a redução dos números não representa, por si só, uma melhoria do ambiente em que os *media* e os jornalistas operam no país. Pelo contrário, o cenário continua de extrema preocupação, sobretudo quando o Estado, através dos seus agentes e funcionários, continua a ser implicado em violações contra a Liberdade de Imprensa, incluindo suposto envolvimento no sequestro de jornalistas, conforme se discute abaixo.

A maioria dos casos registados em 2025 consistiu em ataques físicos a jornalistas enquanto exerciam o seu trabalho. No total, foram registadas seis agressões físicas, representando mais de um terço dos casos, conforme ilustra o gráfico 1, ao lado.

25 <https://misa.org.mz/o-cenario-geral-das-liberdades-de-imprensa-em-2024/>

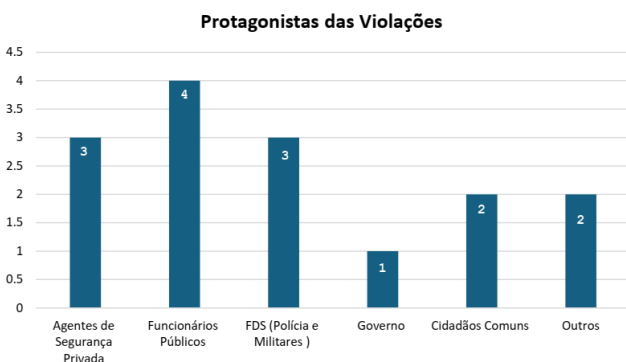
26 <https://misa.org.mz/wp-content/uploads/2025/05/Relatori-do-estado-da-Liberdade-de-Imprensa-MZ.pdf>

Gráfico 1: Tipo de Violações Contra a Liberdade de Imprensa em 2025



A predominância de ataques físicos é a continuação de um padrão comum em Moçambique, onde, vezes sem conta, profissionais de *media* são atacados em pleno exercício de suas funções, o que representa uma flagrante violação da Liberdade de Imprensa. De igual modo, e conforme acima mencionado, o Estado, através dos seus agentes e funcionários, voltou a se posicionar, em 2025, como o maior violador da Liberdade de Imprensa, com quase a metade das violações. Foram pelo menos sete casos, dos quais quatro cometidos por funcionários públicos e três por agentes das Forças de Defesa e Segurança, particularmente polícias e militares. Isto é a continuação de um padrão comum em Moçambique, onde entidades públicas não hesitam em usar a força contra profissionais dos *media*, também uma violação grave dos valores democráticos, e que mostra que o nível de segurança e protecção dos jornalistas tem sido sempre baixo no país.

Gráfico 2: Actores que se destacaram nas violações contra a Liberdade de Imprensa em 2025



Na lista dos casos de violação da Liberdade de Imprensa registados em 2025, destaca-se o sequestro do jornalista Arlindo Chissale²⁷, no dia 7 de Janeiro. Chissale foi sequestrado por pessoas suspeitas de serem agentes de segurança, enquanto viajava da província de Cabo Delgado para a vizinha província de Nampula. Chissale era um dos principais jornalistas a relatar as incidências do conflito de Cabo Delgado. Ele era proprietário e editor do “Pinnacle News”, um veículo online que se tornou uma importante fonte de informação

27 <https://misa.org.mz/misa-mocambique-insta-as-autoridades-a-investigarem-o-desaparecimento-do-jornalista-e-politico-arlindo-chissale/>

sobre o conflito do Norte de Moçambique, fornecendo uma cobertura sistemática e crítica do conflito. Devido às suas reportagens críticas e ao seu apoio à oposição (após apoiar a Renamo, ele era, à época do seu desaparecimento, apoiante do então candidato presidencial, Venâncio Mondlane²⁸), Chissale esteve sempre sob ameaças. Em Agosto de 2022, ele disse ao Comité para a Protecção dos Jornalistas (CPJ) que temia por sua vida após ameaças e assédio online por parte de um membro do partido no poder²⁹. Três meses depois, ele foi detido por seis dias, inicialmente acusado de terrorismo, mas posteriormente acusado de trabalhar sem credenciamento jornalístico.



Mais de um ano e três meses depois, o Estado ainda não esclareceu o desaparecimento de Arlindo Chissale. Créditos da foto: Arlindo Chissale.

O desaparecimento de Arlindo Chissale não é um incidente isolado. Pelo contrário, faz parte de um padrão de hostilização, pelo Governo, através das Forças de Defesa e Segurança (FDS), dos *media* que cobrem o conflito do Norte de Mo-

28 <https://cpj.org/data/people/arlindo-chissale/>

29 <https://cpj.org/2022/11/mozambican-journalist-arlindo-chissale-faces-lesser-charge-after-terrorism-accusation/#:~:text=In%20August%202022%2C%20Chissale%20told%20CPJ%20that%20he%20feared%20for%20his%20life%20after%20a%20ruling%20party%20Frelimo%20member%2C%20Bella%20Nota%2C%20had%20accused%20him%20of%20terrorism%2C%20harassed%20him%2C%20and%20threatened%20him%20on%20a%20social%20media%20group%20supportive%20of%20President%20Filipe%20Nyusi%20between%20June%20and%20August%202020.>

çambique, fazendo da região uma das mais perigosas para o exercício do jornalismo independente nos últimos anos³⁰. De facto, vários jornalistas foram alvo das forças de segurança devido à sua cobertura do conflito — alguns presos ilegalmente e outros ameaçados e impedidos de trabalhar no terreno. Por exemplo, o desaparecimento de Arlindo Chissale seguiu o mesmo padrão do desaparecimento, há mais de seis anos, do repórter da Rádio Comunitária de Palma, Ibraimo Mbaruco que, conforme o seu último relato, se acredita ter sido sequestrado pelas forças de segurança, uma vez que antes do seu desaparecimento, enviou uma mensagem SMS aos seus colegas dizendo que estava “cercado pelos militares³¹”.

Ainda relacionado ao ambiente hostil para a Liberdade de Imprensa no Norte de Moçambique, 16 jornalistas³² sofreram ameaças e intimidação, e viram seu material confiscado por agentes das FDS³³ em Cabo Delgado, em Junho. Curiosamente, eles estavam no interior da província porque convidados por uma entidade do mesmo Estado cujos agentes de segurança os assediaram posteriormente — eles dirigiam-se ao distrito de Mueda para cobrir as obras de pavimentação da estrada entre Mueda e Negomano, na fronteira com a Tanzânia, numa missão profissional organizada pela Administração Nacional de Estradas³⁴. Ainda em Cabo Delgado, o Governo revogou a instalação de equipamento para a Rádio Comunitária de Mocimboa da Praia (destruída no âmbito do conflito em curso), apesar de o Gabinete de Informação (GABINFO) ter emitido uma licença de funcionamento, em Novembro de 2024. O Governo alegou que o Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM), organização da sociedade civil que liderou os esforços para o restabelecimento da Rádio, com recursos dos Estados Unidos da América (EUA), carece de laços formais com qualquer plano de reconstrução gerido centralmente. Outra justificativa governamental, detalhada na contestação que o FORCOM submeteu ao Tribunal Administrativo de Cabo Delgado, alude a um suposto “erro na indicação do local” da rádio, ignorando, segundo a organização da sociedade civil, “todos os investimentos substanciais realizados e a adesão ao devido processo administrativo”.

Entretanto, a medida do Governo configura uma violação da Liberdade de Imprensa³⁵, havendo suspeitas de que a decisão visa transferir a frequência e a propriedade da rádio para o Instituto de Comunicação Social, gerido pelo Estado³⁶. Em Moçambique, as rádios comunitárias desempenham um papel crítico como fontes de informação, particularmente nas zonas rurais, onde as conexões de internet ainda são limitadas. No caso de Mocimboa da Praia, um dis-

trito profundamente dilacerado pela guerra, o restabelecimento da Rádio Comunitária local é particularmente crítico para a disponibilização de informação útil às comunidades. Outros casos de violações à Liberdade de Imprensa ao longo do ano em referência incluíram os recorrentes ataques a profissionais da comunicação social por parte da polícia e de outras forças de segurança. Em Nampula, por exemplo, jornalistas foram agredidos por agentes da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), uma força de elite da polícia moçambicana, quando esta impedia os profissionais de comunicação social de entrevistar o comandante-geral da Polícia durante um evento público, em Maio³⁷.

As violações contra a Liberdade de Imprensa ao longo do ano de 2025 não se limitaram ao Norte de Moçambique. Na verdade, registaram-se um pouco por todo o país, consubstanciando a dimensão nacional do problema. Por exemplo, no Sul, dois jornalistas foram atacados, em Agosto, nas Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), por agentes de segurança privada, tendo os seus equipamentos sido confiscados à força para os impedir de reportar a chegada de uma aeronave adquirida para a problemática companhia aérea moçambicana³⁸. Em Janeiro, vários jornalistas foram impedidos, pela direcção do Aeroporto e por agentes da Polícia, de cobrir o regresso de Venâncio Mondlane³⁹. Esta e outras violações de género registadas no início de 2025 reflectem um padrão de atentados contra a Liberdade de Imprensa registados no contexto da crise pós-eleitoral de 2024-2025, conforme documentado no Relatório anterior sobre o Estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique⁴⁰.

Ainda em Maputo, um repórter foi ameaçado a ter cuidado com o tipo e a forma das perguntas que faz, uma vez que “o sistema mata”⁴¹. Em Inhambane, foram registadas pelo menos duas violações no contexto pós-eleitoral, em que profissionais de *media* enfrentaram agressões físicas, ameaças e inclusive danificação de viatura por parte de populares. Estes e demais casos registados em 2025 evidenciam o ambiente difícil em que os *media* continuam a operar em Moçambique.

LUZ AO FUNDO DO TÚNEL

Embora 2025 tenha começado com agitação política e social que afectou a Liberdade de Imprensa, devido aos tumultos que se seguiram às eleições de 2024⁴², a tomada de posse do novo governo marcou o início de uma era diferente para o sector de *media*. Embora seja demasiado cedo para fazer

30 https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2024/11/CD_A-guerra-contr-o-jornalismo_Armando-Nhantumbo-.pdf

31 <https://www.zitamar.com/justice-denied-over-vanished-journalist/>

32 <https://misa.org.mz/jornalistas-denunciam-tortura-psicologica-e-confisco-dematerial-em-cabo-delgado/>

33 https://misa.org.mz/wp-content/uploads/2025/07/Carta-Ministerio-de-Defesa_Protocolo.pdf

34 <https://aimnews.org/2025/07/07/misa-protests-at-harassment-of-journalists-in-cabo-delgado/>

35 <https://clubofmozambique.com/news/mozambique-forcom-to-take-government-to-court-over-mocimboa-community-radio-289678/>

36 <https://www.zitamar.com/mozambique-conflict-monitor-18-31-august-2025/>

37 <https://misa.org.mz/jornalistas-agredidos-pela-uir-em-nampula/>

38 <https://www.facebook.com/mbc.moz/videos/agressao-a-jornalistas-na-lam/1950983865657404/>

39 <https://misa.org.mz/misa-mocambique-insta-a-prm-e-a-direccao-dos-aeroporto-de-mocambique-a-respeitem-os-direitos-de-liberdades-dos-jornalistas/>

40 <https://misa.org.mz/wp-content/uploads/2025/05/Relatorio-do-estado-da-Liberdade-de-Imprensa-2025.pdf>

41 <https://misa.org.mz/misa-mocambique-exige-proteccao-imediata-para-o-jornalista-noah-cossa/>

42 <https://www.amnesty.org/en/latest/research/2025/04/mozambique-police-protest-crackdown/>

uma comparação definitiva com a era do presidente Filipe Nyusi, um ex-ministro da Defesa, o actual presidente, Daniel Chapo, veio com uma nova abordagem em relação ao sector. Ex-profissional de *media*, ele próprio⁴³, Chapo sinalizou ser mais sensível em relação aos profissionais de comunicação social. A expressão “os nossos amigos da comunicação social”, que se tornou comum nos seus discursos, expressa tal abordagem. Esta abertura se visualizou também além dos discursos. Nos seus primeiros seis meses no cargo, o presidente Chapo realizou pelo menos uma entrevista colectiva e uma conferência de imprensa mais alargada com os *media* nacionais e internacionais representados em Moçambique, abordando temas de interesse público, contra apenas uma entrevista temática que Filipe Nyusi concedeu a um único jornal durante a sua década no cargo (não se considera a aparição de Filipe Nyusi numa conversa televisiva informal sobre a sua vida pessoal, familiar e o fim de cargo, como ocorreu no último dia do seu mandato).

Embora alguns jornalistas entrevistados para este relatório tenham destacado a necessidade de entrevistas exclusivas com o presidente, mencionaram este marco como uma mudança significativa. Da mesma forma, ao contrário do seu antecessor, o actual presidente também se tornou alguém “acessível” para os jornalistas. Como alguns dos profissionais dos *media* afirmaram:

43 <https://www.theafricareport.com/350304/mozambique-10-things-to-know-about-daniel-chapo-the-likely-future-president/>

No tempo de Filipe Nyusi, os jornalistas não eram permitidos se aproximar do presidente. Em Moçambique, era quase impossível falar com o presidente, interceptá-lo para pedir um comentário pontual. Mesmo em eventos públicos, o presidente falava num local isolado (...). A segurança era complicada; a segurança não permitia. Agora (com Daniel Chapo), a imprensa tem muito mais acesso ao presidente. (...) O actual presidente é muito mais comunicativo do que o anterior (Entrevistado 4).

É ainda muito cedo para fazer uma análise comparativa dos últimos 10 anos de Nyusi, mas, por exemplo, em termos da relação media-governo, parece haver alguma diferença. O presidente tem demonstrado disponibilidade para falar com os jornalistas. Concedeu entrevistas, e isto é um marco, tendo em conta que o seu antecessor se fechou em copas. Era difícil falar com o presidente. A interacção do actual presidente com os jornalistas não se limita aos discursos. Ele também tem dado algum espaço nos eventos em que participa para ser entrevistado (Entrevistado 1).

(...) Existe uma luz ao fundo do túnel. Há uma certa mudança. O presidente já não está com a barreira militar que costumava ir contra a imprensa. Você está com ele (...). Há também o espaço para trabalhar (Entrevistado 5).



O presidente Chapo numa entrevista colectiva em Fevereiro de 2025 à rádio e televisão públicas moçambicanas e a uma estação de televisão privada. Fonte: foto descarregada da página de Facebook da TTV.

Segundo os jornalistas, a abordagem do presidente em relação aos *media* é crucial para criar um ambiente propício à Liberdade de Imprensa no país, particularmente na administração pública. Como afirmou um dos entrevistados: “Se o presidente demonstra que está aberto, torna-se difícil para os ministros manterem a sua arrogância. Portanto, automaticamente, quer queiram ou não, acabam por entrar no barco do chefe” (Entrevistado 4).

Um outro marco importante da governação de Daniel Chapo foi a abertura do seu Governo para discussão e melhoria do quadro legislativo dos *media*. Esta abertura permitiu que, em pouco mais de um ano, fosse possível estabelecer consensos e resolver problemas candentes nas propostas de legislação sobre *media*, como foi o caso dos aspectos relacionado à regulação, que geraram controvérsias em mais de 20 anos. Consequentemente, a abertura do Governo de Daniel Chapo permitiu a submissão, ao Parlamento, de propostas de leis menos problemáticas que aquelas anteriormente submetidas pelo Governo de Filipe Nyusi, que sinalizavam um forte interesse do Executivo em controlar os *media*.

Embora não objecto deste relatório, as novas leis de *media*, aprovadas em 2026, excluem provisões problemáticas como aquelas que previam a legalização da aquisição, pelo Estado, de participações em órgãos de comunicação social privados; a instituição de uma entidade de direito público para regular o sector da comunicação social; bem como o potencial da instrumentalização política da carteira profissional. No entanto, algumas provisões problemáticas persistem na nova legislação de *media*, como é o caso da limitação do número de correspondentes de órgãos estrangeiros para apenas dois, bem como a recusa da prova da verdade dos factos se o ofendido for o presidente da República.

RECEIOS

Num país como Moçambique, onde as violações contra a Liberdade de Imprensa estão enraizadas numa cultura política e institucional, a lufada de ar que acompanhou a transição política do Governo de Filipe Nyusi para o de Daniel Chapo precisa de ser encarada com cautelas. A precaução é necessária particularmente tendo em conta que o presidente ainda está no início do seu mandato, em que poderá ainda estar a tentar obter a simpatia da classe e da sociedade. Só a sua atitude a médio e longo prazos pode permitir assacar leituras mais sólidas sobre o destino dos *media* na sua liderança. Mas, além do benefício da dúvida, o que também justifica precauções são alguns eventos que ocorreram na nova era de governação. Por exemplo, embora o desaparecimento do jornalista Arlindo Chissale tenha ocorrido pouco antes da tomada de posse do governo do presidente Chapo, o não esclarecimento do caso e, sobretudo o silêncio ensurdecedor do Executivo sobre este atentado, mais de um ano e três meses depois da ocorrência, assemelha-se à escola autoritária do governo anterior, durante o qual jornalistas e outros críticos à governação podiam desaparecer sem o Governo se dignar a explicar o sucedido.

O argumento de alguns círculos, particularmente daqueles dentro ou próximos do governo e do partido no poder, que têm levantado a questão da orientação política de Chissale, nomeadamente o seu alinhamento com a oposição, não é suficiente para justificar a falta de explicação do Estado para o desaparecimento de um cidadão que, antes de mais, é moçambicano. Como argumentou um dos jornalistas entrevistados:

(...) [Mesmo com o seu alinhamento político], como pessoa, é necessário esclarecer isto. Uma pessoa não pode desaparecer e o Estado ficar assim. Todos os desaparecimentos de cidadãos devem ser esclarecidos. E existe uma autoridade, e a autoridade não pode viver desta forma. Eles são acusados [de raptar o jornalista] e simplesmente permanecem em silêncio. Se estamos a falar de um Estado de justiça social, a autoridade tem de aparecer e dizer: “Não, este indivíduo não foi raptado; este indivíduo foi detido por tal e tal motivo. Ele está aqui.” Ou por outras razões (Entrevistado 1).

De igual modo, as provisões problemáticas resistentes na legislação de *media* lembram que a luta pela Liberdade de Imprensa continua. De forma geral, num cenário em que violações contra a Liberdade de Imprensa continuaram alarmantes, conforme indicado neste relatório, a classe continua receosa. Como se não bastasse, quem está no terreno indica que a abordagem do presidente ainda não foi totalmente seguida nem mesmo no governo central por alguns ministros: “Há vários cenários em que, se fazes uma pergunta a um determinado ministro, se ele não estiver com um bom humor, ele não responde. Ainda há ministros que se desviam da imprensa” (Entrevistado 5). Contudo, o problema é muito mais complicado ao nível de base.

(...) Quando saís do presidente e desces um pouco, a situação não tem sido muito boa. (...) Ainda se nota alguns colegas que sofrem alguma violência, particularmente nas regiões Centro e Norte do país (...) Ainda há gestores com aqueles conflitos tradicionais com a imprensa” (Entrevistado 5).

Podemos ter uma relação cordial com o presidente, mas quando vamos aos governos distritais, a situação é diferente. Ainda existem impedimentos para se conseguir fazer o trabalho. Este é um dos maiores problemas no nosso país. (...) Ao nível básico, ainda há muitos desafios e muitas barreiras (Entrevistado 1).

Portanto, muitos jornalistas destacaram que, embora haja esperança no novo presidente e no seu governo, ainda é muito cedo para celebrar.

Fazendo uma mini comparação com o passado, verifica-se alguma evolução (em termos de relação governo-media). Agora, em termos de repressão, ainda é muito cedo. (...) Neste país, todos sabemos que algo pode acontecer hoje e mudar no dia seguinte. (...) Quem está no dia-a-dia percebe que algo melhorou nesta relação. Mas devemos esperar (Entrevistado 1).

Outros profissionais anotaram ser demasiado cedo até para julgar a própria relação de Daniel Chapo com a comunicação social, argumentando que ele ainda está no início do mandato e poderá ainda estar a tentar impressionar o sector e a sociedade em geral. O que estes depoimentos reflectem, no seu conjunto, é uma preocupação baseada no histórico das violações contra a Liberdade de Imprensa que, em Moçambique, longe de serem incidentes isolados, representam um problema sistémico situado dentro de uma estratégia de Estado coerente visando silenciar a dissidência, controlar a narrativa pública e dismantelar o escrutínio independente⁴⁴. Profundamente enraizado na história política do país, este processo reflecte uma lógica de poder pós-colonial na qual a elite governante encara a imprensa crítica não como um parceiro no desenvolvimento, mas como um inimigo do Estado⁴⁵.

CONCLUSÃO

Este relatório demonstrou que, apesar da redução de 32 violações contra a Liberdade de Imprensa em 2024 para 15 em 2025, o ambiente para o exercício do jornalismo livre continua hostil em Moçambique. Notavelmente, o envolvimento de agentes e funcionários do Estado nas violações, particularmente na forma de ataques físicos, continua a ensombrar a expectativa de uma nova era para os *media* no país. Por isso, mesmo a viragem trazida pelo Governo de Daniel Chapo, após uma década de governação autoritária sob a administração Nyusi, fica evidente serem necessárias acções mais arrojadas orientadas a transformar a cultura política e institucional que continua a obstruir o trabalho dos jornalistas, frequentemente encarados como “inimigos” pelos agentes do Estado. Os ataques físicos a jornalistas, documentados ano após ano, revelam o quão enraizado este problema está nas estruturas do Estado moçambicano. Além disso, os ataques ocorridos em 2025, sob a administração Chapo, impedem que o presidente reivindique a liderança de uma era totalmente nova e, destacadamente, representam um teste para o seu compromisso para com uma nova era para os seus “amigos da comunicação social”. Portanto, se o objectivo é ser um agente de transformação para a Liberdade de Imprensa, o presidente Daniel Chapo terá de ir muito além da retórica de “nossos amigos da imprensa” ou de interações cordiais com a classe.

Para tal, o presidente precisaria operar uma mudança profunda no governo e no Estado, enviando uma mensagem inequívoca de que o ataque e o assédio a profissionais da

comunicação social não podem continuar a ser normalizados numa democracia. Esta mudança deve começar no seu próprio Governo, onde ainda persistem ministros e outros dirigentes avessos ao escrutínio mediático, e estender-se a todos os níveis da administração pública, particularmente nas províncias e distritos, onde as autoridades locais se mantêm hostis à imprensa. O presidente não pode ser bem sucedido na criação de um ambiente favorável à Liberdade de Imprensa enquanto os seus subordinados continuam a adoptar práticas opostas. Enviar essa mensagem sobre a importância de respeitar a Liberdade de Imprensa inclui a responsabilização daqueles que cometem abusos. O país não pode continuar a ser o lugar onde jornalistas são atacados e assediados pela Polícia, militares, dirigentes e outros actores públicos e privados sem quaisquer consequências.

Algumas pessoas ao redor do presidente podem querer pressioná-lo a seguir pela via autoritária, mas a expectativa pública reside na maturidade e capacidade do Chefe de Estado para rejeitar tal destino e seguir pela via democrática. Caso contrário, estaremos perante uma oportunidade perdida e, diferentemente do seu antecessor, que nunca procurou o beneplácito da imprensa, o presidente Chapo arriscar-se-ia a ser lembrado por ter seduzido e, posteriormente, traído uma classe da qual ele próprio fez parte um dia. Esta é uma trajetória que o presidente deve evitar, não apenas pela sua reputação, mas, fundamentalmente, pelos efeitos nefastos que tal postura acarretaria para a democracia que Moçambique deve consolidar. Como MISA, estaremos atentos para observar e escrever essa história.

Entretanto, enquanto a liderança do presidente é fundamental para a melhoria do ambiente da Liberdade de Imprensa, este assunto é tão sério para ser confiado às mãos de uma única entidade. Por isso, enquanto do presidente deve vir o exemplo, outras instituições do Estado, incluindo seus agentes e funcionários, do topo à base, devem igualmente fazer a sua parte para que Moçambique não continue a ser um terreno hostil à comunicação social. Neste sentido, o trabalho da administração da justiça é particularmente relevante para o esclarecimento destes casos, sobretudo o papel da Procuradoria-Geral da República na investigação dos casos. Só uma actuação holística, de todas as pessoas singulares e colectivas, pode ajudar a reverter o actual ambiente da Liberdade de Imprensa, em Moçambique. De contrário, estaremos a adiar o nosso próprio progresso, considerando que a Liberdade de Imprensa é um pilar fundamental da democracia que reclamamos ser.

44 https://intelwatch.org.za/wp-content/uploads/2026/03/mozambique_v2.pdf

45 *Idem*



Parceiros:

